



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 171/93 - MAIORIDADE PENAL			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0362/15	DATA: 22/04/2015	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 15h17min	TÉRMINO: 16h38min	PÁGINAS: 35

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

(Preenchimento vazio)

SUMÁRIO

Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.

Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.

Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.

Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Havendo número regimental, declaro aberta a 3^a reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 171, de 1993, do Sr. Benedito Domingos e outros, e suas apensadas.

Encontram-se à disposição das Sras. e dos Srs. Deputados cópias da ata da segunda reunião, realizada no dia 15 de abril. Pergunto se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, solicito dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Bruno Covas.

Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Comunico que foi recebido pela Secretaria da Comissão o seguinte expediente: em 16 de abril do corrente, Ofício SRI/PGR 64, da Secretaria de Relações Institucionais da Procuradoria-Geral da República, que encaminha nota técnica da Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, reiterando o posicionamento contrário à redução da maioridade penal. O ofício e a nota técnica foram digitalizados pela Secretaria da Comissão e encontram-se disponíveis aos interessados.

Antes de dar seguimento à reunião, gostaria de fazer uma consideração de ordem regimental. Em nossa última reunião, pressionados pela importância do início da Ordem do Dia em plenário, aprovamos, entre outros, o Requerimento nº 16, de 2015, que solicitava a realização de audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo. Ocorre que, de acordo com o art. 46 do Regimento Interno desta Casa, é vedado às Comissões reunirem-se fora da sede da Câmara dos Deputados, e também segundo o Regimento, art. 225, audiência pública é um tipo de reunião de Comissão.

Proponho, portanto, aos nobres Deputados, que consideremos a aprovação do requerimento com a seguinte alteração: substitui-se o termo “audiência pública” por “encontro”, ou que se exclua a expressão “na Assembleia Legislativa de São



Paulo”, passando a dita audiência pública a ser realizada na sede da Câmara dos Deputados, com todos os convidados. Algum Parlamentar se opõe a esta proposta? Qual das duas nós podemos aqui adotar, somente alterar o termo “audiência pública” por “encontro”, ou fazer aqui na Câmara dos Deputados?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Alterar o termo? Pode ser? Sem problema? Só alterar o termo de “audiência pública” para “encontro”, o.k.?

Então, não havendo discordância, dou por aprovado.

Como, já disse aqui anteriormente, ninguém se manifestou, determino que seja lançada essa alteração.

Ordem do Dia: deliberação de requerimentos.

Nós temos aqui vários requerimentos, e eu indago às Sras. e aos Srs. Deputados se querem que se faça a leitura de um por um dos requerimentos, ou se podemos adotar a maneira como foi feito na última reunião, se nós podemos votar bloco. Se há concordância, então vou fazer a leitura, só para podermos ter conhecimento do escopo, e depois nós colocamos em votação em bloco.

Requerimento nº 17, de 2015, do Sr. Weverton Rocha, que “*requer a realização de Audiência Pública, com os seguintes convidados: Fernando Capez, Promotor de Justiça e Deputado Estadual de São Paulo; Humberto Costa Vasconcelos Júnior, Juiz Titular da Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição Judiciária do Recife; Guilherme de Souza Nucci, Desembargador na Seção Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo e Professor da PUC-SP; e Sérgio Luiz Kukina, Ministro do Superior Tribunal de Justiça*”.

Requerimento nº 18, de 2015, também do Sr. Weverton Rocha, que “*requer a realização de Audiência Pública com a presença dos seguintes convidados: Lourival Gomes, Secretário da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo; Hugo Berni Neto, Coordenador de Unidades Prisionais da Região Metropolitana de São Paulo; Murilo Andrade, Secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária do Estado do Maranhão; e o Diretor do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, Maranhão*”.

Requerimento nº 19, 2015, do Sr. Weverton Rocha, que “*requer a realização de Audiência Pública com a presença dos seguintes convidados: Joelza Mesquita*



Andrade Pires, Diretora da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul; Maria Berenice Gianella, Presidente da Fundação Casa, do Estado de São Paulo; e Moacir Carneiro Leão Filho, Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado de Pernambuco”.

Requerimento nº 20, de 2015, também de autoria do Sr. Weverton Rocha, que “*requer a realização de visita ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís do Maranhão*”.

Requerimento nº 21, de 2015, de autoria do Sr. Weverton Rocha, que “*requer a realização de visita ao Centro de Detenção Provisória I, em Osasco, São Paulo*”.

Requerimento nº 22, de 2015, do Sr. Weverton Rocha, que “*requer a realização de visita ao Complexo Prisional do Curado (antigo Aníbal Bruno), em Recife, Pernambuco*”.

Requerimento nº 23, de 2015, do Sr. Weverton Rocha, que “*requer a realização de visita ao Presídio Central de Porto Alegre, Rio Grande do Sul*”.

Requerimento nº 24, de 2015, do Sr. Weverton Rocha, que “*requer a realização de visita à Penitenciária de Segurança Máxima José Mário Alves da Silva (Presídio Urso Branco), em Porto Velho, Rondônia*”.

Requerimento nº 25, de 2015, das Sras. Maria do Rosário e Erika Kokay, que “*requerem Audiência Pública para discutir a PEC nº 171, de 1993, que ‘altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos)’, com a presença dos seguintes convidados: Douglas Belchior, Professor e Coordenador da UNEafro Brasil; Marilene Cruz, Coordenadora Nacional da Pastoral do Menor; Mario Volpi, Consultor do UNICEF — Fundo das Nações Unidas para a Infância; e Letícia Ohane, Assessora Especial do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal*”.

Requerimento nº 26, de 2015, das Sras. Maria do Rosário e Erika Kokay, que “*requerem Audiência Pública para discutir a PEC nº 171, de 1993, que ‘altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos)’, com a presença dos seguintes convidados: Katy Braun, Juíza da Infância, Juventude e do Idoso do Mato Grosso do Sul; Renato Roseno, Deputado Estadual do Ceará; Antônio Carlos Malheiros, Desembargador do Tribunal de*



Justiça de São Paulo; René Kivitz, Pastor da Igreja Batista de São Paulo; e Flávio Américo Frasseto, Defensor Público do Estado de São Paulo”.

Requerimento nº 27, de 2015, das Sras. Maria do Rosário e Erika Kokay, que “*requerem Audiência Pública para discutir a PEC nº 171, de 1993, que ‘altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos)’, com a presença dos seguintes convidados: Alecsandra da Silva, Valéria Gomes de Oliveira e Roberto Krugel, representantes da Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei — RENADE; Siro Darlan, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; e Maria Helena Zamora, Professora da graduação em Psicologia da PUC-Rio desde 2000 e da pós-graduação a partir de 2012”.*

Requerimento nº 28, de 2015, do Sr. Bruno Covas, que “*solicita que seja realizada visita nas Unidades de Internação para menores infratores no Estado de São Paulo e no Distrito Federal”.*

Requerimento nº 29, de 2015, do Sr. Guilherme Mussi, que “*solicita que seja convidado o Sr. Delegado Olim, Deputado Estadual do Estado de São Paulo, para expor sobre o tema proposto da Comissão Especial”.*

Requerimento nº 30, de 2015, do Sr. Guilherme Mussi, que “*solicita que seja convidado o Sr. Coronel Telhada, Deputado Estadual do Estado de São Paulo, para expor sobre o tema proposto da Comissão Especial”.*

Requerimento nº 31, de 2015, do Sr. Guilherme Mussi, que “*requer a realização de visita em comitiva dos membros desta Comissão Especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição nº 171/93 para visitar a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA), no Estado de São Paulo”.*

Requerimento nº 32, de 2015, do Sr. Aluisio Mendes, que “*requer a realização de Audiência Pública com a presença do Sr. Renato Campos Pinto De Vitto, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional”.*

Requerimento nº 33, de 2015, do Sr. Darcísio Perondi, que “*requer a realização de Audiência Pública com a presença dos seguintes convidados: João Batista Costa Saraiva, advogado e consultor na área de Direitos da Criança e do Adolescente; Paulo Afonso Garrido de Paula, Corregedor-Geral do Ministério Público*



do Estado de São Paulo; e Osmar Terra, Deputado Federal pelo PMDB do Rio Grande do Sul”.

O SR. DEPUTADO TADEU ALENCAR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO TADEU ALENCAR - Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, Sr. Relator, embora eu esteja de acordo com a apreciação em bloco dos requerimentos, chamam-me a atenção aqui vários requerimentos do colega Deputado Weverton Rocha de visitas a complexos penitenciários. Eu gostaria de destacar esses requerimentos, até para entender melhor a razão da proposição, porque nos parece que, como está em apreciação nesta Comissão a questão da redução da maioridade penal e nós temos, em paralelo, realmente uma situação de descalabro no sistema penitenciário brasileiro, sem que isso seja uma realidade de nenhum dos Estados em particular, eu acho que eu gostaria de conhecer as razões, mais bem aqui apresentadas, do requerente, para que nós pudéssemos exatamente fazer uma apreciação à luz dessas razões, porque nos parece que isso pode de algum modo desviar um pouco o nosso foco aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Agradeço ao Deputado Tadeu Alencar.

Tem a palavra...

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Eu posso...?

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - ...o autor dos requerimentos, Deputado Weverton Rocha.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Vou tentar ser bem rápido. Quero agradecer aqui a oportunidade que o colega nos abre de esclarecer a nossa intenção de convidar a Comissão que está discutindo a PEC 171 para tratar da questão da possibilidade da redução da maioridade penal. Dentro desse tema, que nós consideramos superimportante, uma das ideias que nós queremos propor a esta Comissão é que nós busquemos conhecer de verdade, não fiquemos só com o que vemos na televisão, mas busquemos na prática ver como funciona hoje o sistema penitenciário do nosso País.

A ideia, caso haja a aprovação dessa lei, é de que sejam enviados esses jovens a partir dos 16 anos para uma prisão comum; então, é importante que todos



nós conheçamos de perto para onde nós vamos mandá-los, até porque eu tenho certeza de que desses 80 e poucos por cento que toda hora se repete aqui que são a favor de se reduzir a maioridade penal, eu tenho certeza de que são a favor também de ressocializar. Então, é preciso que nós conheçamos de verdade, hoje, o atual sistema que nós temos no País, para saber se aquilo ali vai nutrir alguma esperança, dentro desta Comissão, para que ela possa sair de lá convencida: "Não, é para cá mesmo que nós vamos mandar os menores, esses jovens infratores, para serem ressocializados e voltarem para seguir suas vidas normais".

Então, eu acho que não custa nada, até porque é uma decisão muito, muito séria a que nós vamos tomar, é óbvio. Não é à toa que existe a Comissão já aqui instalada. E com certeza, com essa possibilidade de ouvirmos os prós, os contras, conhecermos os sistemas penitenciários, depois as casas socioeducativas também, que funcionam hoje no País, isso vai ajudar-nos, dar-nos bastantes argumentos também, para sairmos daqui convencidos para votar o relatório final desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Agradeço ao Deputado Weverton e concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, quero apenas pedir a aquiescência do Deputado Weverton Rocha para subscrever o Requerimento nº 17/15, o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Com a aquiescência do Deputado Weverton Rocha, o.k., deferida a solicitação.

Tem a palavra o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, eu vou na mesma linha do Deputado que me antecedeu, em relação à visita aos sistemas prisionais.

Eu penso o seguinte: a Lei de Execução Penal hoje já prevê a necessidade de separação por idade e por natureza de crime. Eu vejo que se nós formos avançar, e nós devemos avançar, com certeza, nesse propósito da redução da maioridade penal, eu acho que uma questão importante que temos de discutir aqui, e que nós já vimos em outros modelos fora do País, nos Estados Unidos, na Inglaterra, é a necessidade da separação, da criação de presídios juvenis. Eu penso que nós devemos avançar nessa tese para que nós possamos avançar até na



questão da ressocialização. Eu vejo que o modelo hoje é socioeducativo e que a Lei de Execução Penal fala de ressocialização, mas nenhum dos dois cumpriu seu papel.

Eu acho que a partir do momento em que nós vamos discutir aqui, num momento diferenciado, essa questão da redução da maioridade penal, eu acho que nós temos de conhecer os modelos atuais socioeducativos, que nunca funcionaram, para que nós possamos propor, junto com essa lei, os presídios juvenis, específicos para aqueles adolescentes a partir de 16 anos. Por isso, eu vejo que há essa outra questão.

E ainda há mais: nós temos uma CPI, a CPI dos Presídios, e lá nessa CPI está sendo proposta a visita a vários presídios brasileiros. Até em relação à economia processual e à economia para a Câmara Federal, poderíamos encaixar os Deputados que tenham interesse em conhecer os presídios para que façam a visita em conjunto com aquela Comissão, até para uma questão de agilidade processual e economia financeira para a Câmara e para o povo brasileiro, para nós não ficarmos com duas Comissões indo para os mesmos locais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Eu que agradeço, Sr. Deputado Delegado Waldir.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Darcísio Perondi, mas estabelecendo o tempo de 3 minutos para cada Parlamentar.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Sr. Presidente, eu quero inscrever-me.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu vou justificar rapidamente os meus três convidados: o Dr. João Batista Costa Saraiva é Juiz da Infância e Adolescência no Estado do Rio Grande do Sul, tem mais de 20 anos de experiência nessa área, é uma figura consagrada mundialmente, até publicou um livro, e dispõe-se a cooperar; o Dr. Paulo Garrido é um corregedor de São Paulo com uma larga experiência, uma larga experiência também nessa área; e com o terceiro os senhores podem ter-se surpreendido, pois eu estou pedindo que um colega nosso seja ouvido, o Deputado Osmar Terra. Ele é médico, ele é mestre em neurociência, com profunda experiência, ele tem uma noção muito clara dos avanços



extraordinários da Medicina na linha da neurociência, e pode mostrar-nos as áreas do cérebro onde se concentram a emoção, a violência, todas as áreas, o que vai ser muito enriquecedor, e é uma exposição curta. Essa é a justificativa.

E, para fechar os meus 3 minutos, eu concordo com o Deputado Weverton. Eu quero conhecer. O Delegado Waldir conhece, até porque é da área dele, ele é delegado, um brilhante delegado, mas eu não conheço, e eu quero conhecer os nossos presídios. Então, eu estou de acordo. Bem, vamos visitar alguns, não é? Que não sejam muitos.

E a ideia do Delegado é também interessante, se houvesse recurso, a ideia de conhecer a experiência na Alemanha, na Inglaterra, ouvir colegas que fizeram essas visitas, para nós sabermos também o que se passa por aí, e assim nós fecharmos o trabalho juntos, Delegado Waldir, conhecendo as experiências das unidades de ressocialização na Alemanha, na Espanha e na Inglaterra, que vão surpreender-nos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Agradeço ao Deputado Darcísio Perondi, e quero dizer que são muitos os requerimentos não só de audiências públicas, mas também de visitas, e que naturalmente depois o Deputado Laerte Bessa, tendo um cronograma por ele planejado, vai apresentá-lo, e posteriormente vamos ver de que maneira conseguiremos encaixar o maior número de visitas e audiências públicas possível, desde que não fujam ao cronograma estabelecido pelo Relator.

Tem a palavra o Deputado Sandes Júnior.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Sr. Presidente, eu digo de antemão, pelo que eu conheço, que vai ser brilhante o relatório final do Deputado Laerte Bessa, porque apesar de ter uma posição firme com relação a esta Comissão Especial, à PEC 171, ele é altamente democrata.

Eu tenho lido jornais do Brasil inteiro, e ouvido muito também rádios do Brasil inteiro — eu sou apaixonado pelo rádio —, e tenho ouvido debates no Rio, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, e vejo que a esmagadora maioria da população tem a seguinte preocupação: mas será que um ladrão de celular, um batedorzinho de carteira vai para a cadeia junto com marginais da mais alta periculosidade? Então,



eu só queria destacar, porque eu acabo de apoiar, uma emenda que acrescenta um parágrafo ao art. 228 da Constituição, à PEC 171, do nosso colega Deputado Jutahy Junior, que eu tenho certeza de que o Deputado Laerte Bessa vai analisar com muito carinho, porque é exatamente onde se defende que a maioridade seja reduzida para 16 anos em casos de crimes de práticas de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas, terrorismo, e nos definidos como hediondos.

Eu vejo que grande parte da população que não está nos 93%, grande parte que não apoia, é porque fica com medo de que um ladrão de galinha vá ter o mesmo tratamento um sequestrador, de quem provoca morte, de autor de crime hediondo. Então, essa emenda que acrescenta esse parágrafo, do Deputado Jutahy Junior, eu já assinei, sou solidário, já encaminhei ao gabinete dele, e tenho certeza de que o Deputado Laerte Bessa vai analisar com muito carinho, e eu acredito que isso vai contribuir muito, muito, para as audiências públicas em que virão muitos preocupados com essa ressalva que o Deputado Jutahy está fazendo.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Deputado Sandes Júnior, obrigado pelas palavras. Pode ter certeza de que a experiência que nós temos, lidando com a marginalidade, lidando com a violência, lidando com crimes, é extensa.

Ligado a isso também, eu aprendi também a ser democrata, porque o nosso regime hoje, em que exercemos as nossas vidas, a democracia, tem de estar por trás de tudo que nós vamos decidir. E V.Exa. falou muito bem, quanto à dúvida que o povo tem hoje com respeito a essa redução da maioridade penal, quanto à preocupação, como V.Exa. disse, com os ladrões de galinha, o ladrão de celular, esses que praticam crimes de menor potencial ofensivo, se vão ou não para a cadeia. Quero dizer a V.Exa. que nem os maiores hoje vão para a cadeia por esses crimes, não é? Os crimes de menor potencial ofensivo hoje são decididos no Judiciário, com penas alternativas. Eles não dão cadeia. E é bom esclarecer isso para a sociedade, o que V.Exa. comentou aqui, os principais crimes hediondos que hoje são punidos aqui no nosso País, como a tortura, o latrocínio, o homicídio qualificado, o tráfico de drogas — não é? —, principalmente o tráfico internacional.

Eu acho que não é só ideia minha, ou ideia da maioria aqui, não; acho que é ideia do povo brasileiro, que quer punir aqueles menores de alta periculosidade, os que tenham cometido crime hediondo, que sejam reincidentes no crime hediondo.



São ideias que eu tenho apurado com as pessoas, com os próprios colegas, que entendem que nós não podemos colocar o menor no paredão. O menor que comete um crime, um crime de furto, até um roubo que não seja um roubo qualificado, esse menor também, eu acho que ele não pode ir para o presídio. Nós temos de nos preocupar hoje com a violência daqueles menores que supostamente são irrecuperáveis, não é?

Eu vi esta semana o vídeo de um garoto de 10 anos, lá na cidade de Vila Velha, no Espírito Santo, um menor de 10 anos, dando declarações horríveis. Eu fiquei encabulado. Como é que um garoto de 10 anos tem aquele poder de decidir o que ele vai fazer, o que ele pensa? E o tamanho da periculosidade dele? Eu não sei se os senhores viram no Facebook, nos Instagrams aí da vida, não sei se chegaram a ver essa matéria, e inclusive essa matéria eu queria exibir, se for possível, na próxima reunião, para os senhores ouvirem a declaração desse menor de 10 anos. Então, é um caso diferenciado. Diferenciado!

Nós não podemos execrar o menor de idade. Não, essa não é a ideia nossa, não. Nós queremos tirar de circulação aqueles que realmente não podem conviver com a sociedade. “Ah, vão mandar para o presídio”. Se formos mandar o menor hoje, se ele for punido por crime hediondo ou por reincidência no crime hediondo, ele vai, no presídio, dar aula para os presos lá. Podem ter certeza. Ele não vai chegar lá para aprender, não; ele vai chegar lá para dar aula, infelizmente.

Agora, nós temos de ter muita cautela com respeito a isso, para que não possamos banalizar o instituto da redução da maioridade penal. Temos de esclarecer às pessoas que nós vamos ser conscientes no nosso relatório. Quero a participação de todos, todos os que estão aqui, os que são a favor, os que são contra, para dar opiniões, porque é uma decisão que nós temos de tomar aqui, da Casa, uma decisão muito importante para o nosso País, e eu quero a participação de todos os senhores. Bessa não vai decidir sozinho, nem o nosso Presidente André vai decidir sozinho, não. Os senhores vão decidir conosco, e com a participação, e com as ideias dos profissionais que virão aqui esclarecer-nos melhor da situação que eles conhecem dentro da sua área de trabalho.

Era isso que eu queria esclarecer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Agradeço ao Relator Deputado Laerte Bessa.

Tem a palavra o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, eu queria primeiro comentar aqui as palavras muito sabiamente ditas pelo nosso Relator, o Deputado Bessa. Eu, durante o período em que fui Secretário de Segurança Pública, posso dizer, sem risco nenhum de errar, que os crimes mais violentos e mais bárbaros que eu apurei, durante a época em que fui Secretário, foram cometidos por menores. E o que ele disse aqui é uma realidade. Os menores hoje que enveredaram por esse caminho do crime hediondo são temidos inclusive pelos marginais maiores de idade. São muito mais temidos do que os marginais maiores de idade. Então, o risco maior que nós corremos é o de colocar um menor desse, desde que aprovada a redução da maioridade penal, no presídio, e ele realmente ser professor da barbaridade dentro dos presídios.

Então, eu acho que é o momento de se discutir isso com mais seriedade. Essa questão, isso de a mídia dizer que nós estamos querendo colocar crianças na cadeia, isso não procede, não é ideia desta Comissão fazer isso. Nós queremos realmente separar o joio do trigo, pegar aqueles menores de idade, maiores de 16 anos, que estão repetidamente cometendo crimes hediondos, e fazer com que eles sejam apartados do convívio social, porque não têm condições mais de conviver na sociedade.

E com relação ao requerimento do Deputado Weverton Rocha, eu acho que a ideia é muito interessante, mas eu também discordo, no sentido de que se nós formos visitar os presídios no propósito de aprovar ou não a maioridade penal com relação à quantidade dos presídios e à qualidade do nosso sistema penitenciário, nós vamos aqui começar a discutir também se nós vamos realmente mandar os maiores de idade para lá. São seres humanos também! Não é nenhuma surpresa que o sistema penitenciário brasileiro esteja falido, não só o do Maranhão como o de Pernambuco, o do Rio de Janeiro, o do Rio Grande do Sul, qualquer um. Então, a visualização da decadência do sistema prisional brasileiro não pode influir na decisão sobre a redução ou não da maioridade penal, até porque é um sentimento



comum nesta Comissão o de que, aprovada a redução, esses menores fiquem apartados dos presos maiores de idade até que completem a maioridade.

Então, eu não concordo que seja o momento de fazermos essas visitas. Eu acho que poderia ficar para um momento posterior. Nós temos assuntos, neste momento, mais importantes a serem discutidos nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Obrigado, Deputado Aluisio Mendes.

Tem a palavra o Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, primeiro quero dizer que concordamos aqui com a aprovação de todos os requerimentos. Eu acho que este é o momento de formação de consciência, de debate, e portanto todos os números, dados, informações, são necessários para que nós possamos fazer o melhor debate possível.

O PSDB, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, votou “sim”, pela admissibilidade, exatamente para que aqui nesta Comissão de mérito nós pudéssemos aprofundar o debate para tomar a melhor decisão possível, deixando as paixões de lado, fazendo um debate o mais técnico possível. Dessa forma, somos favoráveis à aprovação de todos esses requerimentos de convite a especialistas e de visitas.

E queria, Presidente, até fazer uma sugestão: nós temos aqui, hoje, em discussão sobre um requerimento de convite à Sra. Berenice Maria Giannella, Presidente da Fundação CASA, e temos dois requerimentos de visita à Fundação CASA. Então, que seja facultado; é claro, já que é um convite, ela só vem se quiser, mas se ela quiser ser ouvida nessa visita nós não precisaremos trazê-la aqui.

Da mesma forma, nós aprovamos na semana passada o convite ao Deputado Bezerra Jr., de São Paulo, Deputado Estadual, e estamos hoje discutindo e deveremos aprovar o convite a outros três Deputados Estaduais, também de São Paulo: o Deputado Fernando Capez, o Deputado Delegado Olim, o Deputado Coronel Telhada; e aprovamos na semana passada a realização de uma audiência pública em São Paulo. Então, que também seja facultado a essas pessoas, quando convidadas pela Secretaria, expor aqui na Comissão ou na audiência pública que faremos em São Paulo.



Então, quero apenas deixar essas duas sugestões e dizer que votamos favoravelmente a todos os requerimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Agradecemos a contribuição, Deputado Bruno Covas, e entendo que é pertinente a sugestão de V.Exa. Já que nós temos requerimento aqui aprovado de visita à Fundação CASA, que a sua dirigente possa, se for opção dela, ser ouvida lá, como também os Deputados Estaduais que foram listados em requerimento aprovado para comparecer a esta Comissão, como convidados que foram pelo autor do requerimento.

Tem a palavra o Deputado Silas Freire.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sr. Presidente, eu acho desnecessária a visita a esses presídios. Concordo com o colega Deputado Waldir. Nós temos uma CPI da carceragem em que nós vamos ter a audiência pública sobre a ressocialização, que vai visitar vários presídios, e eu acho que poderíamos conhecer tudo de perto aproveitando isso, como também temos uma CPI sobre assassinatos de adolescentes jovens, negros e pobres, que tem números interessantes para nós, por exemplo, sobre boa parte dos adolescentes assassinados no nosso País menores de idade; chegarão agora à CPI esses números, e com certeza confirmarão o que nós defendemos aqui: o envolvimento desses adolescentes menores de idade com o crime, e o motivo da morte ligado ao envolvimento no crime.

O envolvimento no crime tem como motivo a sensação de impunidade. Então, eu acho isso muito mais interessante, esses números, do que nós ficarmos repetindo o que outras Comissões desta Casa estão fazendo, mas não me oponho; só acho desnecessária realmente essa visita aos presídios, já que há um senso comum, e faço minhas aqui as palavras de um colega que falou ainda há pouco: nós queremos separar essas pessoas, esses que serão apenados, dos normais.

Então, eu vejo que é perda de tempo. A sociedade está ansiosa por esse resultado. Nós não podemos correr, é claro, mas nós também não podemos desperdiçar tempo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Agradeço a contribuição ao Deputado Silas Freire.



Tem a palavra o Deputado Fausto Pinato.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente, eu queria aqui externar um sentimento democrático e dizer que todos os requerimentos são plausíveis, importantes, mas como o orador anterior disse, e o Delegado Waldir também disse, eu não tenho dúvida; sou advogado criminalista, frequento presídios, sou a favor da redução da maioridade penal, mas eu não tenho dúvida de que o presídio brasileiro hoje — não vou citar Estado — não reabilita ninguém. Todos nós sabemos hoje que são uma vergonha os presídios do País. No entanto, como é democrático, acho importante realmente fazer a visita aos presídios, principalmente aqueles que não conhecem. Vão sair mais decepcionados ainda.

Mas eu queria dizer o seguinte: o Relator é um só, e como ele disse, é democrático, está bem intencionado. Nós temos de ajudá-lo. Aqui nós estamos todo o mundo para aprender um pouco. Eu estou aprendendo.

Eu queria dizer o seguinte: aqui não vai haver vencido nem vencedor. Quero dizer que se o Presidente autorizar, ou o Relator, se não seria o caso... Porque nós vamos chegar ao seguinte, no final desta discussão nós vamos entrar na seguinte discussão: ou vai diminuir, ou não vai; mas mesmo aqueles que acham que não vai vão defender o apoio da medida socioeducativa. E o doutor aqui falou da questão dos presídios juvenis. Eu fico olhando. Nós estamos vendo só a desgraça. É só desgraça que nós estamos vendo. Presídio é uma desgraça. Entenderam? Sistema prisional é uma desgraça no Brasil, essa é a verdade. Agora, por que não dividirmos nossas forças, independentemente de posições, se a favor da redução ou não, para nós tentarmos buscar um estudo, seja lá no presídio juvenil, seja na Fundação CASA, na FEBEM, para que realmente possa haver medidas eficazes que possam ressocializar esses jovens? Aí é que está o ponto comum, o ponto que eu acho que é de acordo de todos nós aqui.

E mais: gostaria que a imprensa aqui... Eu não sei nem se é possível, porque não conheço direito como é que funciona o negócio aqui, mas eu ouvi aqui que pelas pesquisas 87% são a favor, enfim, e eu queria ouvir os próprios jovens de 16 anos. Nós vamos ter surpresa, porque a maioria deles acha que pode, que são responsáveis. É careta dizer que é menor aqui, em muitas situações. Nós também temos de ter esses dados em mãos.



Agora, respeito a posição de quem é contra, respeito a posição de quem é a favor, mas eu acho que nós poderíamos definir o seguinte, para nós não perdermos tempo, já que no final da discussão nós vamos chegar à seguinte conclusão: vai diminuir, e não pode ir para o presídio, essa é a verdade; ou não vai diminuir, mas nós temos de fortalecer as medidas socioeducativas, com uma Fundação CASA forte e tal; então eu acho, Sr. Presidente e Sr. Relator, que nós poderíamos tentar achar a solução nesse sentido.

Então, vai aqui uma sugestão deste Deputado, que pensa o seguinte: nós podemos trabalhar em conjunto, tanto quem é a favor como quem é contra, buscando realmente uma medida eficaz que possa ressocializar esses jovens, não é? E nós já sabemos que fica separado, até dentro do presídio quem é perigoso está separado, isso aí, nós não precisamos entrar nessa discussão; agora, quem não conhece o presídio tem de ir. Vai chegar à conclusão de que não pode.

Então, deixo aqui a sugestão, Sr. Presidente, e — quem sabe? — é uma alternativa que nós podemos discutir, tanto quem é a favor, Relator, como quem é contra, ou seja, a de buscar a solução, porque se nós diminuirmos e ele for para o presídio comum não vai dar certo; ficar do jeito como está também não dá, porque o ECA hoje... E eu estou falando porque em São José do Rio Preto, por exemplo, há um juiz lá, Evandro Pelarin, que é da minha cidade, que tentou implantar o toque de recolher e foi aplaudido pela população, mas foi derrubado aqui no STJ. A verdade é uma só: não é só o Governador do Estado de São Paulo, que aliás é meu amigo, gosto muito dele; são todos. Em todo lugar há dificuldade de arrumar vaga, inclusive. Essa é a realidade do nosso País.

Esse seria o ponto de partida desta Comissão, para nós tentarmos buscar, no final, independentemente da redução da maioridade penal ou das medidas socioeducativas, uma instituição, um presídio que possa verdadeiramente reabilitar o jovem e dar uma chance a ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Agradecemos a contribuição ao Deputado Fausto Pinato.

Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, Deputado André Moura; Sr. Relator, Deputado Laerte Bessa; Secretária-Executiva da Comissão,



Raquel; todos os Parlamentares, ainda que pareça impossível, eu cada dia fico mais espantado com a construção da narrativa nesta Comissão. Eu vou falar isso, respeitosamente, mas com a franqueza e a firmeza que o tema exige.

O Deputado Laerte Bessa usou como exemplo, para dar demonstração de que os menores precisam ser punidos, um jovem de 10 anos de idade. Se eu for seguir a linha de raciocínio do Deputado Laerte Bessa, nós vamos ter que estabelecer aqui a punição e o sistema carcerário a partir desse momento, “acolhendo” — entre aspas — os jovens de 10, de 8, de 7, de 6 anos. Daqui a pouco, vamos precisar ter um berçário para acolhimento daqueles que, porventura, sejam cometedoras de crimes.

Falo isso porque esse tipo de raciocínio também é muito utilizado, exatamente, para poder generalizar atuações, inclusive, da atividade política. Quantas vezes eu já não ouvi a generalização de que, pela motivação de um Parlamentar ou um Deputado cometer atos ilícitos ou ter desviado dinheiro ou ter quebrado o decoro parlamentar, nós precisávamos fechar o Congresso Nacional e retomar o período de ditadura militar? Ou seja, parte-se do exemplo que não é a representação do todo, para gerar uma premissa que é falsa: devemos estabelecer uma norma criminalizadora para todos.

Espantou-me também — e eu estou aqui, conscientemente, para fazer esse contraponto — a mensagem do nosso colega que foi Secretário de Segurança Pública — desculpe-me por não saber o seu nome; falo também com S.Exa. respeitosamente —, que disse que os maiores crimes que teve a oportunidade de ver, no exercício do cargo de Secretário de Segurança Pública, foram cometidos por menores.

Queria dizer, com todo o respeito ao colega, que, se foi Secretário de Segurança Pública, necessariamente, tem a obrigação de ter os dados disponibilizados a esta Comissão e com a determinação percentual daqueles casos que, no exercício da atividade como Secretário de Segurança Pública, deram a demonstração de que os menores de 18 anos são os praticantes dos crimes considerados mais bárbaros na narrativa que está sendo aqui construída.

Esses dados são exatamente o contrário dos dados disponibilizados pela própria Organização das Nações Unidas e pelo UNICEF — Fundo das Nações



Unidas para a Infância, que demonstraram que 0,013% dos crimes cometidos, para ser preciso, têm essa natureza.

Então, a construção de uma narrativa que traga a exceção para determinar que a regra geral precisa ser essa, a partir da exceção horrenda disponibilizada, é algo que, para mim, não cabe. Olha, uma mãe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Pois não, Presidente. Eu só peço um pouco mais de tolerância de V.Exa., porque eu sou disciplinado. Fiquei aqui vendo o reloginho e vi que vários colegas passaram do tempo de 3 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - V.Exa. já passou também.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - ... e eu estou sendo, no dia de hoje, o primeiro a ter o tempo restrinido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Mas seu tempo já passou.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não sei se, porque, às vezes, o contraponto gera desconforto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Em hipótese nenhuma, Deputado. V.Exa. terá mais 1 minuto.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Mas é importante que nós tenhamos o desconforto gerado, para não se imaginar que as teses que estão sendo aqui colocadas são banais, porque não são — não são banais.

Já finalizando o raciocínio, eu queria dizer que todos aqueles que sofreram uma perda têm que ter enorme respeito da nossa parte: uma mãe que sofreu a perda de um filho; uma irmã que teve a perda de um irmão. Mas as decisões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal têm que estar baseadas, como toda decisão estatal, necessariamente, na rationalidade. E, em todos os momentos em que eu tiver aqui a oportunidade de fazer o contraponto àquilo que não é racional, na tentativa de fazer com que a regra sirva a todos, mas colocando a exceção como se regra fosse, eu vou fazê-lo.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, colegas.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, eu fui citado pelo Deputado Glauber.



O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Só um minuto, por favor.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Ele me citou primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Tem a palavra, porque foi citado, o Relator Laerte Bessa. Em seguida, terá a palavra o Deputado Aluisio Mendes, que também foi citado.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, solicito minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - V.Exa. está inscrito.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Glauber Braga, eu admiro o posicionamento de V.Exa. e já assisti a vários debates, na televisão, em que V.Exa. defendia a não redução da maioridade penal. Só que, em todos os debates a que eu assisti, principalmente na TV Câmara — V.Exa. participa muito de debates na TV Câmara —, eu não vi V.Exa. justificar, em momento algum, o motivo por que V.Exa. ser contra a redução da maioridade penal. V.Exa. é contra, mas não sabe por que é contra. Eu já percebi isso. V.Exa. nunca demonstrou por que é contra. V.Exa. é contra, simplesmente, por ser contra, porque V.Exa. é aliado à esquerda, é aliado ao PT e a essa turma da antiga esquerda, que hoje está no poder. E eu não sei as razões por que eles lutam tão veementemente contra a redução da maioridade penal. Eu acho que pode até haver interesses escusos por trás disso...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, eu exijo a possibilidade de fazer a reparação do que foi dito pelo Relator, porque ele disse que existem motivações...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Sr. Presidente, nós temos que acabar, porque senão vai ficar esse jogo de vai para lá, vem para cá.

(Não identificado) - O Relator está com a palavra.

(Não identificado) - Assim ninguém vai poder falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Deputado Glauber Braga, eu darei... eu darei...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Deputado Glauber, o nome de V.Exa. também foi citado. Darei direito à fala a V.Exa., mas depois que o Relator falar, sem interrupção. Na sequência, falará o Deputado Aluisio Mendes. Em seguida, darei a palavra a V.Exa.

Com a palavra o Relator Deputado Laerte Bessa.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, continuando, eu quero dizer que, quando eu citei aqui o caso desse menor, eu estava falando que um menor de idade, como nesse caso que aconteceu em Vila Velha, no Espírito Santo, pode raciocinar como um maior e pode ser tão violento como um maior ou até mais.

Quando eu estava citando o caso, eu cansei de dizer que nós não queríamos pegar o menor que pratica crime de menor potencial ofensivo. Nós queremos pegar o menor violento.

Esse menor — eu quero até mostrar aqui — demonstrou ser de alta periculosidade, pelos crimes que cometeu. Então, quando eu me referi a esse menor de 10 anos, ele poderia ter 17 anos. Esse veio à minha mente porque vi o vídeo ontem.

Porém, isso faz parte de uma decisão que nós vamos tomar em conjunto. E V.Exa., inclusive, vai participar dessa decisão final. Não quer dizer que, pelo fato de eu ser a favor da redução, nós vamos decidir que se vai reduzir a maioridade penal aqui. Nós vamos decidir em conjunto.

O meu pensamento, depois de assistir, em diversas oportunidades, a V.Exa. debatendo na televisão, é que V.Exa. não tem justificativa alguma para ser a favor da não redução da maioridade penal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Com a palavra o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eu queria me dirigir ao Deputado Glauber Braga e dizer que eu louvo a paixão com que S.Exa. defende o seu ponto de vista. Eu acho isso louvável. Mas S.Exa. cometeu algumas inconsistências.

Primeiro, S.Exa. citou os dados da ONU e do UNICEF. Ninguém conhece a metodologia desses dados, como eles foram coletados, até porque, Deputado Glauber Braga — eu não sei se é do conhecimento de V.Exa. —, menos de 8% dos homicídios, no País, são apurados. V.Exa. sabia disso? Então, como é que se chega



a um dado de que 0,013% dos homicídios são cometidos por menores, se o Brasil apura menos de 10% dos homicídios cometidos no País? Esse dado não tem fundamentação técnica.

Segundo, eu não disse que os maiores crimes, durante a minha gestão como Secretário, foram cometidos por menores. Eu disse que os crimes mais bárbaros e crueis que foram apurados durante a minha gestão, foram, em sua grande maioria, cometidos por menores. E esses dados são técnicos, foram apurados, e eu vou encaminhá-los ao Relator e aos membros da Comissão, para que tenhamos conhecimento disso. É importante virmos com dados técnicos, e não com essas elucubrações que ouvimos de algumas entidades e que não têm nenhuma consistência científica.

Eu acho importante que essa discussão se mantenha nesse alto nível. Eu, como disse, acho importante que tenhamos o contraponto aqui. Mas é importante, Deputado Glauber, que nós nos atenhamos a fatos, a dados concretos e técnicos. Essas suposições, essas pesquisas do UNICEF e de entidades de direitos humanos que são apresentadas na mídia não têm nenhuma fundamentação científica, nem técnica.

Os dados que eu vou apresentar foram apurados durante os 4 anos da minha gestão como Secretário, apurados, inclusive, com auditoria do Ministério Público. E eles dão conta de que os crimes mais violentos e mais bárbaros cometidos no Maranhão foram cometidos por menores. Inclusive, houve um crime que impactou todo o Brasil, quando uma quadrilha de traficantes no Maranhão mandou que se queimassem ônibus na cidade, e uma criança de 4 anos foi queimada viva. E a polícia apreendeu, em 24 horas, o autor do delito, um menor de 17 anos, que hoje está solto. Ele queimou uma criança viva, o que foi filmado pelas câmeras do ônibus, e se encontra em liberdade hoje, em função de o ECA prever que o juiz e o Ministério Público decidam sobre isso.

Então, o que eu pretendo apresentar a esta Comissão são dados técnicos, com embasamento científico, e não dados cuja metodologia de coleta desconhecemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - O.k. Agradeço.

Com a palavra, porque foi citado, o Deputado Glauber Braga.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Para ser bastante objetivo, Deputado Aluisio, eu vou fazer uma diferenciação, porque o Deputado Laerte, em vez de manter o debate em alto nível, foi para uma tentativa rasteira de desqualificação. O Deputado Aluisio, não. Ele trouxe aqui as suas posições.

Quanto às posições do Deputado Aluisio, eu quero ressaltar uma lógica que é interessante: quando os dados sobre o número de homicídios registrados são colocados na mesa, esses dados são considerados válidos. Por quê? Porque eles servem para fazer com que a tese defendida por esse campo possa estar sustentada. Entretanto, dados são apresentados para desqualificar a tese, todos os dados são colocados como se fossem suspeitos, mesmo sendo da Organização das Nações Unidas e do UNICEF. Essa é a lógica utilizada. Ou seja, para sustentar a minha tese, o dado vale; para sustentar a tese contrária, o dado é desqualificado.

Deputado Laerte Bessa, respondendo ao questionamento de V.Exa., que foi muito rasteiro, baixo, mas ao qual eu respondo assim mesmo, V.Exa. é quem tem que me responder — e eu já fiz essa pergunta várias vezes e não tive resposta de V.Exa. — qual foi o caso nacional, ou melhor, internacional — nacional não é possível, até porque hoje a maioridade é aos 18 anos, do ponto de vista penal — ,V.Exa. tem nas mãos, com dados que sejam concretos, em que houve redução da maioridade, e os índices de violência tenham diminuído, depois de uma medida como essa? Quem tem que me apresentar a resposta é V.Exa. Eu já fiz esse questionamento em diversas ocasiões, e em nenhuma delas me foi apresentada uma única experiência internacional, de natureza verdadeira, com dados robustos, em que esse tipo de medida tenha ensejado melhora dos índices de violência.

Então, a minha posição, Deputado Laerte, diferentemente do que V.Exa. falou, no sentido de que possa haver alguma motivação escusa para essa defesa, é baseada num convencimento formatado a partir de discussões, e discussões de alto nível. Se V.Exa. me indicar um país em que os números e índices da violência tenham diminuído com a adoção de medidas desse tipo, feitas de maneira isolada, eu modifiro aqui o que eu estou dizendo para o senhor.

Mas em relação à possibilidade de estar fazendo qualquer defesa por motivações que sejam de natureza escusa, eu digo a V.Exa., com todo o respeito, como V.Exa. não o fez, que não me meça com a sua régua. A régua de V.Exa. não



serve para me medir. Nem V.Exa. nem nenhum outro que queira diminuir o nível do debate vai fazer com que eu diminua as minhas convicções e o bom debate que eu tenho que fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Com a palavra o Deputado Relator.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Bom, eu não vou alongar o debate com o Deputado Glauber, porque o Deputado quer polêmica.

No final do relatório, de cuja votação V.Exa. vai participar também, nós vamos colocar o que hoje ocorre no mundo com respeito à violência juvenil. V.Exa. vai ter a sua resposta no final do relatório.

Com respeito a essa régua sobre a qual V.Exa. falou, eu não sei se essa régua é a que usamos na escola para estudar, qualificar os nossos objetivos e nos capacitar ou se é a régua que V.Exa. usa para defender menor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Com a palavra o Deputado Weverton Rocha.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Primeiro, nós temos os requerimentos para discutir e, se possível, aprovar. Segundo, temos de discutir o tema, que, apesar do ânimo, é, sim, importante. Vai chegar a hora em que vamos discuti-lo.

Penso que até mesmo o colega Deputado Aluisio reconhece que o sistema carcerário hoje no País está falido. Quero lhe dizer que fico admirado em ver V.Exa. defender com tanta veemência esses dados da Secretaria de Segurança da qual V.Exa. foi Secretário no Governo da Sra. Roseana Sarney, no Maranhão, porque V.Exa. sabe que nós do Maranhão não somos referência, Secretário, para falar de segurança pública no País, principalmente nesta Casa. Por isso fico admirado.

Também vou solicitar ao atual Governo os números do mapeamento político hoje, primeiro, porque, Sr. Relator, nós estamos discutindo a consequência e não a causa desse problema. Eu sei que, em 8 anos de governo, a ex-Governadora do Maranhão, por exemplo, construiu duas escolas no Estado. Ainda assim, abrimos um debate sobre construção de penitenciária juvenil. Enquanto os Governos não



investem em educação, nós abrimos discussão sobre penitenciária e outros temas que estão aí, porque não estamos colocando as crianças na escola.

Além de tudo o que estamos discutindo aqui, poderíamos discutir nesta Casa a possibilidade real de punir quem não cumpre o mínimo que deveria.

Eu falei na reunião passada, apresentei aqui para V.Exas. e vou repetir: nós temos dois grandes programas no País. Um deles é o Programa de Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes. No Orçamento foram destinados, no ano passado, para esse programa, 130 milhões de reais, mas apenas, senhores, 15 milhões de reais foram liberados. Para o Programa de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 36 milhões de reais previstos, só foram liberados no ano passado 1 milhão e 600 mil reais. Então, isso aqui, sim, é uma coisa concreta.

E eu queria participar desse debate entre V.Exa. e o Deputado Glauber e dizer por que eu sou contra a redução da maioridade penal. Eu sou contra porque nós já temos leis de sobra neste País. A primeira: o ECA, que precisa ser modificado. Não concordo que o ECA deva ficar do jeito que está, com penas de até 3 anos e reavaliação de 6 em 6 meses. Isso está errado. Se mudarmos o art. 121 do ECA, resolveremos o problema da punição no País. E não é punição de jovens de 16 e 17 anos; a punição é de jovens de 12 a 17 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Então, Sr. Presidente, eu queria dizer, primeiro, que a punição existe no País. Só precisa ser melhorado o art. 121 do ECA. Aí nós vamos fazer a verdadeira punição.

Segundo, deve haver aplicação do recurso destinado aos programas de atendimento aos jovens, porque não adianta ter o programa, e o dinheiro não chegar à ponta.

Por último, as visitas às penitenciárias que eu estou sugerindo aqui, uma ou duas, são apenas para termos uma amostragem, Sr. Presidente e Sr. Relator. Eu não conheço as penitenciárias. Quero conhecê-las. Os colegas que militam na área conhecem, mas eu não conheço. Então, eu queria conhecer oficialmente duas ou três penitenciárias, por amostragem, para que tenhamos real noção de como funcionam.



O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Com certeza, Deputado. O requerimento de V.Exa. será atendido. O Relator vai, obviamente, combinado com V.Exa., designar...

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sr. Presidente, podemos votar destacadamente os requerimentos de visita aos presídios?

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - V.Exa. sugere que a votação dos requerimentos de visita aos presídios seja destacada?

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Votaremos todos os requerimentos em bloco, com exceção dos requerimentos de visita a presídios, que votaremos um a um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Vamos seguir a ordem de inscrições. Eu darei oportunidade a todos os que quiserem fazer uso da palavra.

Com a palavra a Deputada Margarida Salomão.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Sr. Presidente, Deputado André Moura, prezado Relator, Deputado Laerte Bessa, eu entendo que esta Comissão reúne pessoas que têm opiniões divergentes e que, algumas vezes, expressam-se de forma apaixonada.

Não cabe desqualificar nenhuma das opiniões aqui proferidas por uma razão muito simples: todos nós que estamos aqui somos debatedores qualificados. Quem nos qualificou para estar aqui foi o povo brasileiro. Então, evidentemente, a divergência de opiniões entre nós não deve levar à desqualificação de nenhum de nós. Cada um expressa sua opinião de forma legítima. A minha, por exemplo, é contra a redução da maioridade penal. Mas eu tenho todo o interesse de ouvir aqueles que, inclusive, neste plenário, são majoritários e pensam diferentemente. Tenho todo o interesse e, mais do que isso, tenho o dever de conhecer os outros pontos de vista, porque sou Deputada Federal eleita para participar deste debate e me interesso em conhecer com profundidade pontos de vista diferentes do meu. Essa é a primeira observação que eu queria fazer.

Em segundo lugar, eu queria que nós voltássemos ao objeto desta reunião, que era a aprovação dos requerimentos que foram aqui apresentados. Houve uma sugestão feita pelo Presidente, acatada por vários de nós, de que essa aprovação



fosse feita em bloco. Há divergências sobre propostas aqui realizadas, consideradas, em alguns casos, excessivas ou muito trabalhosas.

Anteriormente, também surgiram dúvidas sobre requerimentos aqui apresentados. E nós deferimos à Mesa a apresentação de um plano de trabalho racional, para que, dentro do número de sessões que nós temos para nos reunir e deliberar, nós tivéssemos oportunidade de conhecer a divergência das opiniões. É claro que é impossível fazermos visitas a todas essas instituições. Então, eu conto com o sentido democrático deste debate e tenho confiança no espírito democrático que há de presidir a elaboração do relatório pelo Deputado Laerte Bessa. Assim, vamos votar os requerimentos em bloco e deferir à Mesa a apresentação de um plano de trabalho que resolva o problema surgido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Deputada, agradeço a V.Exa. a contribuição. Quando fizemos votações em bloco, na reunião passada, foi devido a um acordo com todo o Plenário, por unanimidade. Essa votação em bloco não é regimental; ela é feita por acordo.

Como há, na reunião de hoje, a posição divergente do Deputado Silas Freire, que sugere que os requerimentos de visita às penitenciárias sejam votados separadamente, e também do Deputado Tadeu Alencar — é isso, Deputado? —, eu indago aos dois se a posição é essa mesmo. Sendo essa...

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Pois não, Deputado Silas.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Os colegas estão externando a vontade de conhecer os presídios, pois alguns deles não os conhecem, mas, em nome da boa discussão, eu retiro o meu pedido de destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - O.k. Agradeço a compreensão ao Deputado Silas Freire.

Com a palavra o Deputado Tadeu Alencar. (*Pausa.*)

O Deputado Tadeu Alencar também retira o pedido de destaque.

Então, nós vamos concluir a discussão, depois vamos encaminhar a votação. Obviamente, como bem colocou aqui a Deputada Margarida Salomão, foi deferida a esta Mesa e ao Relator a apresentação de um plano de trabalho. Obviamente, não será possível a visita a todas as instituições, a todos os presídios. O Relator, com o



discernimento que tem, tenho certeza, apresentará um plano de trabalho em que possa haver, pelo menos, visita a um, dois ou três presídios, no máximo, a fim de que nós possamos conhecer a realidade de cada um deles.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, era isso que eu queria sugerir. Como eu tenho cinco requerimentos, podemos ir a dois ou três, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Deputado, eu vou seguir a lista de inscrições e vou encerrar com o Deputado Guilherme Mussi.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, permita-me tirar uma dúvida.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sr. Presidente, deixe-me completar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Pois não.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Até para reforçar o requerimento do nobre Deputado, sugiro que nós visitemos esses presídios, mas principalmente a parte da ressocialização. Não adianta nós visitarmos só celas. Vamos ver o que é feito nesses presídios para ressocializar os detentos que estão lá, porque se formos só às celas, eu acho que não há...

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - O Deputado Laerte, com certeza, vai incluir isso no plano de trabalho.

Deputado Éder, V.Exa. está inscrito. Eu vou só seguir a ordem de inscrição — o último inscrito é o Deputado Guilherme Mussi —, para que depois nós possamos iniciar a votação dos requerimentos em bloco.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Era só para esclarecer uma dúvida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - V.Exa. disse que os presídios não têm ligação nenhuma com a Fundação Casa, por exemplo. Onde são aplicadas essas medidas socioeducativas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Nós temos requerimentos aprovados também para visitas à Fundação Casa.



O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Eu peguei a discussão no final. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Já fizemos a leitura e vamos colocá-los em votação.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - O.k. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Com a palavra o Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Boa tarde, Sr. Presidente. Eu queria falar, inclusive, na presença do nobre Deputado Glauber, mas eu vou manter o nível do debate sem problema nenhum. Já que ele gosta tanto de dados e fala que a quantidade de menores é tão ínfima assim, a ponto de diminuirmos a maioridade penal, eu cito o seguinte dado: nós temos uma população carcerária de aproximadamente 700 mil presos no Brasil. A população adulta é de 150 milhões de brasileiros. Logo, algo em torno de 0,5% da população brasileira vive nos presídios.

Eu pergunto: uma população de 0,5% que relevância tem? Então, vamos soltar todo mundo, vamos acabar com o Código Penal, já que esse é o argumento tão forte dele contra a redução da maioridade penal.

Outro ponto que ele colocou — e aqui eu faço referência ao Relator Laerte Bessa — é o seguinte: qual a prova técnica de que a redução da maioridade penal diminuiria a impunidade ou melhoraria a segurança pública? Primeiro ponto: solução nós não temos, mas temos como atenuar um pouco o problema.

No Rio de Janeiro, este ano, houve um caso de um adulto chamado Sailson, que diz ter assassinado mais de 40 mulheres, sendo que a primeira vítima ele fez quando tinha 17 anos de idade. Bem, não é preciso nenhum estudo científico para saber que, após o primeiro crime que ele cometeu, aos 17 anos de idade, se ele tivesse ficado preso, com certeza outras dezenas de famílias teriam sido resguardadas.

Então, Deputado Laerte Bessa, fica aí o dado. Com certeza, V.Exa. tem inteligência e pesquisa suficiente para respondê-lo nessa altura. Mas eu fiquei um pouquinho inconformado e resolvi externar a minha opinião.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Agradeço a contribuição ao Deputado Eduardo Bolsonaro.

Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, não vou fazer defesa de nenhum dos colegas que foram questionados aqui. O colega, Deputado Laerte Bessa, quando mencionou o garoto de 10 anos e o posicionamento que ele fez, não se referiu ao garoto para que servisse de instrução para esta Comissão, até porque a idade que se está pleiteando aqui para redução é a de 16 anos e não a de 10 anos. Ele falou por questão de espanto o que viu e que gostaria que todos nós vissemos. Foi só e única coisa que ele colocou.

Com relação ao colega que foi Secretário de Segurança, a mesma coisa. Eu não tenho que duvidar — ele viveu a segurança pública, como eu vivi — de que ele tenha realmente vivido situações em que menores foram as pessoas que realmente criaram os problemas, os maiores problemas no Estado em que ele foi Secretário de Segurança Pública.

Como o tempo é curto e as questões são os requerimentos, eu quero dizer que, embora eu não seja a favor do requerimento de visitas às penitenciárias, não porque eu já as conheço e não tenho o menor prazer de ter que visitá-las, até porque no meu Estado eu não posso passar nem na porta delas, entendo que aqueles que não as conhecem queiram conhecê-las, mesmo correndo o risco que podem correr. Eu tenho certeza de que vão assistir à podridão do que é a penitenciária, do que é o sistema penal no território brasileiro. Ressocialização não existe de forma nenhuma.

Eu queria que os de 16 e 17 anos que não conhecem aquela podridão a conhecessem, porque assim eles teriam a obrigação e o dever de saber para onde vão, caso venham a cometer crimes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente não cumpre papel de punição; o ECA hoje cumpre o papel de incentivo para esses bandidos de 16, 17 anos que vão para as ruas cometerem as barbáries que cometem, matando, roubando, estuprando, destruindo famílias.



E nós não podemos achar que eles são coitadinhos, que eles têm que ir para um hotel. Eles têm que ir, sim, para a penitenciária. Se eles forem maiores de 16 anos, eles têm que ir para a penitenciária igual aos outros. Acho até que eles podem contaminar aqueles presos antigos que estão lá pensando em não voltar mais para a vida do crime a continuar no crime.

Este é um posicionamento que eu queria fazer: que as estatísticas da Organização das Nações Unidas — ONU e do Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF pudessem vir para as ruas. A estatística que temos é a da realidade, é a do povo brasileiro que vive lá, que representa a média de 90% a favor dessa redução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Muito obrigado, Deputado Delegado Éder Mauro.

Com a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Quero cumprimentar o Sr. Presidente, os Deputados André Moura, Laerte Bessa e os demais Deputados e Deputadas aqui presentes. Só se o meu sentimento de quem está chegando aqui pela primeira vez é o de que, às vezes — e não há um lado de esquerda ou de direita —, a paixão exacerbada acaba contaminando o nosso raciocínio, as nossas reflexões.

No meu entendimento, nós temos que debater profundamente essa situação do ponto de vista conceitual, para que, ao final, possamos apresentar a melhor proposta, a melhor ação, o melhor tecido legal, para podermos enfrentar esse desafio, que é enorme.

Eu aprendi, nas minhas pesquisas, que, quando tratamos de variáveis isoladas e procuramos solucionar um problema sem análise sistêmica, a possibilidade do erro é enorme — quase 100%. E nós estamos tratando aqui de uma questão que não pode ser colocada num contexto isolado, como se fosse um crime grave que tenha sido cometido. Uma situação que eventualmente tenha se repetido tem que ser tratada no contexto, como um exemplo marcante, definidor de como nós devemos nos comportar.

Eu acho que a análise sistêmica de como são esses jovens do ponto de vista da sua evolução — a adolescência, as variáveis biológicas que acontecem, a



relação com a família, a relação com a sociedade... Todos esses fatores devem ser analisados, para que possamos tomar a melhor decisão, em favor daquilo que todos nós queremos, que é a redução da violência em nosso País.

Eu estou um pouco perplexo diante das proposições que eventualmente saem das análises. Incomoda-me muito, Deputado Laerte Bessa, quando fazemos o julgamento de um colega nosso, em função da sua posição ideológica. Não cabe! Se eu tratasse aqui do que é a direita, de determinados comportamentos, para justificar a minha posição, eu estaria cometendo, além de uma indelicadeza, um grave erro.

Então, eu queria propor aqui que respeitássemos as nossas diferenciadas concepções. Eu tenho concepção de esquerda. Eu tenho uma posição muito clara na defesa da não redução da maioridade penal, porque não vejo nela nenhum argumento histórico, efetivo, que mostre a solução do problema. Mas eu vejo que existem soluções extraordinárias, que todos conhecemos, que V.Exa. conhece, que eu conheço, como a questão da prevenção.

Eu ouvi aqui o Deputado Bolsonaro dizer o seguinte: “*Se nós tivéssemos prendido aquele menino que cometeu 17 crimes...*” Como? Quantos presos estão lá desse jeito? Quantos não estão presos? Se nós vamos tomar uma medida que eventualmente vai resolver os problemas, em função de uma análise isolada, a possibilidade, repito, do ponto de vista da análise científica, da correta aplicação dos recursos, é de errarmos redondamente. Não se pode admitir soluções simples ou medidas definitivas para que possamos obter resultados efetivos.

Então, eu queria que, ao final, nós chegássemos a uma situação em que todos nós, pelas nossas diferenças, inclusive... O que é rico aqui para nós são as nossas diferenças, não são só as nossas semelhanças; senão não precisaríamos votar. São as nossas diferenças. Chamar as pessoas diferentes... Eu já visitei penitenciárias, mas já ouvi pessoas que têm muito mais autoridade do que eu, porque lá dentro eu não tenho conhecimento técnico, não sei a forma como as pessoas estão organizadas. Vão se preparar para nos receber ou não? Não vão se preparar para nos receber nas penitenciárias? Para depois nós sairmos com que análise? Nós temos análises técnicas, científicas de profissionais que podem nos dar uma contribuição muito maior.



Então, a minha consideração é no sentido de que nós estamos num tempo muito importante, em que a situação de turbulência, de violência tem que servir para nos ensinar. Não para fazer com que nos comportemos como vítimas ou, eventualmente, como defensores das vítimas, que devemos ser, mas para que sejamos construtores de um tecido legal que faça do território nacional o território da cidadania, da dignidade e que coloque o jovem dentro do espaço da prosperidade. Os direitos, hoje, são muito mais ofendidos e feridos em relação aos jovens do que as eventuais contravenções que estão sendo aplicadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Sandes Júnior.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Sr. Presidente, eu queria falar sobre as votações dos requerimentos, mas já há consenso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Deputado Guilherme Mussi, V.Exa. estava inscrito. Deseja falar?

O SR. DEPUTADO GUILHERME MUSSI - Já esclareci, Sr. Presidente. Era a respeito das visitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - O.k.

Em votação os Requerimentos nºs 17 a 33.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovados os requerimentos.

Para que faça suas considerações finais a respeito do cronograma que será apresentado a esta Comissão, com a palavra o Relator, Deputado Laerte Bessa.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o nosso tempo é exíguo.

Eu queria comunicar aos colegas que nós vamos reiniciar os debates na próxima reunião, no dia 29. Vamos conversar com todos os autores de requerimentos para saber quais as pessoas mais indicadas, que possam vir debater. E vamos reunir, no dia 29, dois debatedores que são a favor e dois que são contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Deputado, no dia 27.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - É no dia 27?

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Isso.



O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - A nossa reunião será no dia 27. E no dia 27, também, os colegas poderão apresentar os últimos requerimentos.

Sr. Presidente, registro que no dia 27 encerra a fase de apresentação de requerimentos, porque no mês de maio teremos as reuniões de debate com os nossos convidados. Então, eu peço a todos que até o dia 27 apresentem os últimos requerimentos, para que possamos escolher os verdadeiros debatedores aqui.

(Não identificado) - Desculpe-me, a data é 27 ou 29?

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Dia 27.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Dia 27. Quarta-feira.

(Não identificado) - Dia 27 é segunda-feira. Hoje é dia 22...

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Dia 27 é segunda-feira.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - É dia 29, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Certo, dia 29. A secretária Raquel verificou o mês de maio. É dia 29.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Deputada Margarida Salomão.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Eu havia entendido que nós apreciaríamos a proposta encaminhada por V.Exa. e pelo Relator, do plano de trabalho, para que pudéssemos opinar também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Deputada, o Deputado disse que vai conversar com todos os Parlamentares...

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Não vai fazer uma... Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - ...que apresentaram requerimentos, para que eles possam priorizar...

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Ele fará um cronograma com favoráveis e contrários, para que possamos apreciar na próxima reunião.

Algum Parlamentar...

O SR. DEPUTADO TADEU ALENCAR - Eu estava inscrito, Presidente. Não sei se não me fiz entender.



O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Perdão.

Com a palavra ao Deputado Tadeu Alencar.

O SR. DEPUTADO TADEU ALENCAR - Falarei muito rapidamente. Eu fiz referência aqui, da outra vez, à necessidade de nós, no Parlamento brasileiro — fomos eleitos para isso —, fazermos um debate de alto nível, em que as posições contrapostas possam ser colocadas com toda liberdade, independentemente da origem política do Parlamentar.

Nesta matéria, há razões, pelo que se tem visto aqui... Mesmo admitindo que aqueles que não defendem a redução da maioridade penal são franca minoria nesta Comissão, isso não me impressiona. Nem me impressiona a posição da maioria da população brasileira, que, motivada por vários episódios trágicos, evidentemente, tende a se colocar a favor da redução da maioridade, como se isso fosse o remédio para curar o mal da violência.

Acho que todos nós aqui temos boas intenções com relação a esse tema. Mesmo os que defendem a redução e os que não a defendem estão motivados a enfrentar esse tema da violência. Então, uma ponderação que eu tenho feito — já que os argumentos se repetem, eu vou fazê-la novamente — é que não há dados estatísticos, seja no Brasil, seja fora do Brasil, que demonstrem que a redução da maioridade penal foi suficiente ou foi influente na redução da violência. De outra parte, mesmo países como Alemanha, Espanha e outros que reduziram a maioridade terminaram por voltar a imputabilidade para os 18 anos.

Há um sem-número de questões em torno do debate das causas sociais da violência no Brasil: o modelo do sistema de segurança, que nessa cadeia envolve muitas instituições, todas elas com problemas que variam de grandeza, mas que envolvem o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Governo, as polícias — a falta de aparelhamento, a insuficiência de quadros, enfim, um sem-número de argumentos que fazem com que a violência tenha causas múltiplas e complexas. De modo que a ponderação que eu gostaria de fazer aqui é que não nos motivemos apenas a diminuir a febre. Nós queremos, efetivamente, debelar essa infecção.

Sinto-me no dever de fazer aqui, Deputado Laerte Bessa, uma ponderação, assim como outros fizeram — fiz essa ponderação na reunião anterior —, sobre a



civilidade que deve presidir a relação entre os Parlamentares. Já vou terminar, Sr. Presidente. Eu acho que ela só concorre para que este debate seja de feito num nível muito elevado. De fato, eu não posso minimizar o que foi dito aqui: que pode haver motivos escusos de quem quer que seja, de qualquer credo político, para defender a não redução de maioridade penal, porque eu e outros, mesmo sendo minoria, temos convicções muito fortes a favor da não redução. Nós estamos dispostos a fazer um debate elevado, de alto nível, sobre isso.

Por isso, eu demonstro aqui, publicamente, o meu desconforto, também, com a alegação de que possa haver motivação escusa para quem não defende a redução da maioridade penal.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Tem a palavra o Deputado Fausto Pinato.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Eu me solidarizo com o Relator, mas acho que o maior desgaste que houve aqui... Eu digo isso porque participei... Sou de uma posição mais moderada. Na verdade, o colega só se esqueceu de colocar uma coisa: há quantos anos isso está aqui dentro? Isso aqui é um dos cadeados que vão fechar todo um circo, porque há uma PEC correndo, que trata do aumento da pena do crime para o maior que estiver com o menor de 15 anos e da questão do sistema penitenciário — inclusive, há até uma CPI. Eu acho que nós somos uma rosca de todo um sistema que vai fechar. Agora, nós tínhamos que começar essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - O.k., Deputado.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Eu compactuo com o Relator nesse sentido. Que nós possamos, Relator, de certa forma, fazer um debate democrático, até porque vamos receber convidados. Eu tenho certeza, Sr. Presidente, colegas que são a favor ou contra, de que, no final, nós vamos chegar àquilo que tenho dito reiteradas vezes a V.Exa., Sr. Presidente, ou seja, à questão da ressocialização.

O que nós temos que fazer é pegar quem é contra, quem é a favor e buscar um sistema de ressocialização, seja no presídio, seja na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor — FEBEM, para depois colocar em votação se se reduz ou não, se a pessoa vai cumprir pena de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA ou com esse...



O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Muito obrigado, Deputado.

Antes de passar a palavra à última inscrita, Deputada Keiko Ota, deixo um lembrete importante, Sras. e Srs. Deputados. Como já foi dito pelo Relator, Deputado Laerte Bessa, os últimos requerimentos que iremos apreciar serão os requerimentos apresentados na reunião da próxima quarta-feira, dia 29. Para que esses requerimentos possam estar na pauta da reunião da quarta-feira, dia 29, deverão ser protocolados na secretaria desta Comissão até 24 horas antes dessa reunião; portanto, até o dia 28, terça-feira. Reitero que serão os últimos requerimentos, para que o Relator possa, naturalmente, apresentar o plano de trabalho de audiências públicas nesta Comissão e de visitas a instituições e penitenciárias, como ocorreu com os requerimentos aprovados na reunião de hoje.

Com a palavra a Deputada Keiko Ota.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, diante da complexidade deste tema, acredito que devemos, sim, contextualizar a PEC 171, que trata da redução da maioridade penal, à realidade do nosso País. Precisamos saber quais são as condições de trabalho dos funcionários das Fundações Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente — Fundações CASA de todo o País. Precisamos ouvir psicólogas que tratam desses jovens, para saber, de fato, quantos deles têm condições de voltar ao seio da sociedade. Porém, devemos lutar, sim, por justiça. Quinhentas e sessenta pessoas são mortas por menores, por ano, o que significa mais de uma morte por dia, todos os dias, todos os anos. Afinal de contas, senhoras e senhores, onde vamos parar?

Segundo dados do Datafolha, 87% das pessoas são a favor da redução da maioridade penal. Não podemos ignorar a voz das ruas. Paralelamente a isso, vamos lutar por medidas preventivas, em busca de uma cultura de paz.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Agradeço à Deputada Keiko Ota.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, convoco reunião ordinária para o próximo dia 29, quarta-feira, às 14h30min, em plenário a ser oportunamente informado, e declaro encerrada a presente reunião.